

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DNY SANDRA DA SILVA SOUZA

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO.**

**CACOAL/RO
2018**

DNY SANDRA DA SILVA SOUZA

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus Prof. Francisco
Gonçalves Quiles como requisito para obtenção do grau
de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzenir Aguiar da Silva Sato

**CACOAL/RO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S729tSouza, Dny Sandra da Silva.

Transparência pública: análise dos instrumentos de transparência e

controle social do município de Cacoal - RO / Dny Sandra da Silva Souza. --

Cacoal, RO, 2018.

36 f. : il.

Orientador(a): Prof. a Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -

Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Transparência pública. 2. Controle social. 3. Índice de transparência pública. I. Sato, Suzenir Aguiar da Silva. II. Título.

CDU 35

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo Científico - TCC intitulado **Transparência pública: análise dos instrumentos de transparência e controle social do município de Cacoal-RO**, elaborado pela acadêmica Dny Sandra da Silva Souza, foi avaliado pela banca examinadora em 22 de Junho 2018, tendo sido Aprovado.

Prof^a.Dr^a. Suzenir Aguiar da Silva Sato
Presidente

Prof^a. Dr^a.Maria BernadteJunkes
Membro

Prof.^a.Dr^a.Nilza Duarte Aleixo
Membro

**CACOAL/RO
2018**

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Dny Sandra da Silva Souza¹

RESUMO: A divulgação de informações dos atos da administração pública nos portais de transparência juntamente com a participação e o acompanhamento popular, completa o ciclo da efetiva Transparência Pública. A normativa IN. 52/2017/TCE-RO, que atende e regula os portais de transparência dos municípios de Rondônia, ainda esta no seu primeiro ano de vigência. Nesse ínterim o artigo teve por objetivo identificar os instrumentos de transparência e controle social, adotados pelo município de Cacoal-RO e como contribuem para o índice de transparência pública. Para tanto, adotou-se pesquisa qualitativa exploratório-descritiva com pesquisa bibliográfica e documental, para complementar os dados adotou-se entrevistas por meio de roteiro semiestruturado a servidor do setor de Coordenação de planejamento e Controle, ao Coordenador de Contabilidade do município e a líderes de alguns bairros de Cacoal. Os resultados indicam que há necessidade de maior engajamento pelo poder público municipal, no quesito de atrair, facilitar e divulgar ao cidadãos instrumentos para o acesso e exercício do efetivo controle e participação social, devido ao não conhecimento dos poucos entrevistados acerca desses instrumentos. No entanto perante auditoria à luz da IN. 52/2017/TCE-RO e Leis vigentes do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), o município de Cacoal apresenta índice de transparência em nível elevado.

Palavras Chave: Transparência pública, Controle social, índice de transparência pública.

1 INTRODUÇÃO

O acesso da população às informações e aos atos da gestão pública teve seu apogeu com a implantação e criação de instrumentos de pesquisas, que aumentaram o nível de transparência e a participação popular na Administração Pública.

A lei de Responsabilidade Fiscal introduziu mecanismos de controle dos atos da gestão pública e seus recursos, a gestão fiscal, com a intenção de criar maior compromisso desde o planejamento e melhoramento do controle, da gestão pública com a sociedade. Pretendendo equilibrar através das restrições, recomendações, obrigações enormes, a lacuna existente entre a sociedade e a gestão pública, critérios estes que devem ser seguidos pelos administradores públicos de forma que a introdução desses impõe restrições e sanções aos atos e às pessoas físicas dos administradores públicos.

¹ Acadêmica Concluinte do curso de ciências contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia-Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da professora Dr^a Suzenir Aguiar da Silva Sato.

O acompanhamento da prestação de contas da administração pública pela sociedade, através da Lei de Responsabilidade Fiscal é considerado um marco na administração pública, fruto do artigo nº. 163 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que ampara e normatiza as finanças públicas, que são voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse sentido quando a aplicação, execução e prestação de contas dos recursos financeiros da gestão pública são acompanhados pela sociedade, permite que o cidadão exerça um papel fundamental de monitoramento, exame e participação, direta ou indiretamente na administração pública, o que torna possível a identificação de fraudes, atos ilícitos ou vícios, que porventura possam ocorrer culminando com o efetivo controle social.

Tendo em vista a relevância das informações pertinentes a administração pública aos cidadãos, as ferramentas de transparência e acompanhamento tornaram-se uns dos maiores e mais poderosos instrumentos para o efetivo controle social, de forma que asseguram ao cidadão o direito de conhecer, interagir, expressar e divulgar sua opinião com base em um Estado democrático, e em tempo real. Ainda no sentido da divulgação das informações, há relatórios periódicos, realização de audiências públicas e prestação de contas, ainda caso o cidadão tenha dúvida ou por mero interesse, entender que a informação foi incompleta, ou insatisfatória, pode provocar a administração pública através dos canais de informação ao disponibilizados aos cidadãos.

A transparência, legalidade e probidade dos atos da administração pública tem sido alvo de controvérsias no que diz respeito aos interesses dos cidadãos, por conta de denúncias e apuração de atos de corrupção, da má distribuição e aplicação dos recursos públicos, municipais ou federais, tornando-os fatores passíveis de questionamento pela população. A prestação de contas quando deixam ocultas as informações da gestão pública, o que compromete efetivamente a credibilidade da gestão dos administradores públicos (BRAGA, 1998).

Nesse sentido, as organizações governamentais, municipais, estaduais e federais, estão obrigadas a não medirem esforços, agirem e aplicarem com efetiva transparência e publicidade seus recursos e atos administrativos, no atendimento de instrumentos que permitam transmitir informações em tempo real ao cidadão desde a elaboração, execução e a devida prestação de contas gerando confiança da sociedade na gestão fiscal, atendendo ainda aos princípios da impessoalidade e moralidade.

Assim, vale saber: Quais os instrumentos de transparência e controle social, adotados pelo município de Cacoal-RO e como contribuem para o índice de transparência pública? Seguindo o problema de pesquisa, o objetivo deste estudo foi identificar como os

instrumentos de transparência e controle social adotado pelo município de Cacoal-RO contribuem para o índice de transparência.

A metodologia adotada para esta pesquisa foi a partir do método dedutivo, com abordagem qualitativa, estudo exploratório-descritivo e pesquisa de campo onde os dados foram levantados mediante documentos, atas, *site* da prefeitura e dos órgãos que tratam sobre transparência pública. Os resultados obtidos permitem afirmar que o município atende a legalidade das leis vigentes, no entanto existe a necessidade de maior engajamento no quesito de atrair e facilitar ao cidadão o efetivo acesso para exercício do controle e participação social, bem como que os recursos ainda são percebidos como limitados e incompletos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresenta-se a fundamentação teórica, onde serão apresentados os temas que subsidiaram a pesquisa no tocante ao alcance do objetivo proposto, sendo os principais: Transparência Pública, Transparência à Participação e o Controle Social e Transparência como *accountability* x mediação.

2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988, disciplina em seu artigo 5º que todo cidadão tem direito de receber informação de qualquer órgão público. Ainda na carta magna em seu 7º artigo é definido que o estado obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, não havia ainda no país uma lei que tratasse especificamente destes interesses, ou que tratasse especificamente da transparência (BRASIL, 1988).

Todas as informações devem estar devidamente disponibilizadas para o cidadão, a transparência pode ser considerada como valor de cidadania, as informações despendidas aos cidadãos poderão ser de interesse público ou particular, desde que não comprometa a segurança do estado ou da sociedade, ainda, toda ação da gestão do governo dirigida para o atendimento dos fins públicos, através de padrão confiável (MILESKI, 2010).

A transparência é pressuposto do princípio da publicidade em conjunto com os subprincípios da motivação e participação popular na gestão pública, uma vez que todos apontam para a visibilidade de como está atuação dos administradores dos recursos públicos, o que incute a produção de procedimentos, leis e regras, conforme é esclarecido por que diz que a transparência visa com que todos os cidadãos, tenham de diversas formas o acesso às

informações das ações praticadas pelos seus gestores, através de diversos canais, ampla divulgação e meios eletrônicos (SILVA, 2004).

Nesse sentido o princípio da transparência garante ao cidadão o poder de agir, exercer e zelar pelos seus direitos e deveres, que é garantido pela obrigação do estado de zelar pela moralidade, ética e senso de justiça.

O acesso do cidadão às informações de gestão e atos de seus governantes deve possuir uma relação mais democrática, que de forma ampla e geral a transparência do Estado para com a população se efetive de fato, através do acesso às informações (MATIAS-PEREIRA, 2012).

A vista disso é possível afirmar que a transparência trata da política de estado e não uma opção de governo, e que os ganhos advindos dessa política não encerram em si mesmos, e são consequências trazidas por essas políticas para a gestão pública (LOPES, 2007).

Portanto, a transparência na administração pública diz respeito à produção e divulgação sistemática das informações e ações praticadas pelos gestores. A ampla divulgação das informações, relatórios, demonstrativos da execução orçamentária e fiscal da gestão, a utilização dos recursos que o contribuinte coloca à disposição dos governantes, quando da participação dos cidadãos, tornam a relação mais democrática entre a gestão pública e o cidadão.

Nesse sentido de forma ampla e geral a transparência do Estado para com a população se efetiva de fato. A Lei Complementar nº101, de 2000 que é denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), normatiza os instrumentos de transparência, da seguinte forma (figura 1):



Figura 1: Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal e Controle Social

Fonte: STN (2018).

A Lei disciplina que as informações apuradas (figura 1) sejam divulgadas em meio eletrônico, promovendo a ampliação do acesso dos cidadãos, mediante o acesso à Internet. Foi

através desses dispositivos que o governo federal criou o Portal da Transparência, sendo nele veiculadas informações sobre execução orçamentária e financeira: A Transparência fiscal– o Plano Plurianual(PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) da administração direta ou indireta, e a devida prestação de contas e respectivos pareceres prévios.

Nesse sentido o portal atua como instrumento de publicação da prestação de contas e atendimentos de metas e objetivos pela administração pública federal, estadual ou municipal. Assim, torna-o imprescindível para a efetiva transparência pública sendo essencial para a manutenção do equilíbrio das contas públicas, vez que atesta o atendimento dos limites, condições, objetivos e metas; firma as responsabilidades, justifica desvios e indica medidas corretivas definindo prazos para correção juntamente com o acesso público a dados concisos e substanciais de todas as contas públicas (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal representa um instrumento basilar no auxílio à população na fiscalização dos governantes a gerir os recursos públicos dentro de um marco de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores de recursos públicos e em todas as esferas de governo, relativas à gestão das receitas e despesas públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público. A LRF é embasada em planejamento, controle, responsabilização e transparência e no sentido de atender aos requisitos que são exigidos e obrigatórios de ser transparentes é imprescindível para a participação social na administração pública (KHAIR, 2001).

A Lei Complementar nº. 131 de 27 de maio de 2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, regulando o acesso dos cidadãos às informações sejam disponibilizadas em tempo real, por meio eletrônico das informações relacionadas a execução orçamentária e financeira, despesas ou receitas, com a adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle sempre atendendo a um padrão mínimo de qualidade.

Ainda sobre o acesso do cidadão aos atos da Gestão pública das informações a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), também disciplina sobre o referido direito, que é advindo desde a Constituição Federal, o qual fundamenta que qualquer pessoa física ou jurídica, tem o direito de solicitar e receber dos órgãos e entidades públicas, da administração direta e indireta, as informações por eles produzidas ou sob sua custódia e devendo atender prontamente, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, divulgação de informações de interesse público, independentemente de

solicitações, transparência ativa, sem exigência de motivação; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e gratuito; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011)

Nesse sentido, observa-se que foi de suma importância a obrigatoriedade insculpada na respectiva lei, inclusive como condição de continuidade de recebimentos de repasses ou transferências voluntárias, subsídios federais, e obtenção/permanência de selo, dado pelo Tribunal de Contas, de município Transparente (IN 62, 2018):

§ 2º. Os critérios de avaliação, previstos na Matriz de Fiscalização constante do Anexo I, classificam-se, quanto à aderência, em: I – essenciais: aqueles de observância compulsória, cujo descumprimento pode ocasionar o bloqueio das transferências voluntárias, nos termos do § 4º do art. 25 desta Instrução Normativa; [...].

Nesse entendimento é imprescindível o cumprimento destes dispositivos, visto que o município depende dos repasses para manutenção dos seus programas e projetos. O Estado gerencial e democrático, com relação à questão da transparência passou a ter destaque justamente por se tratar de um instrumento de livre acesso à população e como um agente de inibição da corrupção e consolidação da democracia e a transparência do Estado, de modo que se concretiza por meio do acesso e entendimento das informações ao cidadão (BRESSER-PEREIRA, 2006).

A transparência Pública pode ser passiva ou ativa, conforme ilustra a (figura 2):



Figura 2: Transparência Ativa e Passiva.

Fonte: CGC²

²<https://escolavirtual.cgu.gov.br/ead/mod/book/view.php?id=497&chapterid=103>

De acordo com o demonstrado na figura 2, a transparência ativa é a divulgação de informações por iniciativa do próprio órgão ou setor público, sem que sequer tenha sido solicitado ou provocado pelo cidadão ou administrado, ou seja, tornam públicas as informações independentes de requerimento dos cidadãos ou órgãos competentes. Enquanto a Transparência Passiva só acontece quando o cidadão ou quaisquer interessados, obtém as informações após requerer junto aos setores específicos ou à Administração Pública conforme seus interesses, isto é, informação disponibilizada em atendimento a demandas específica (BRASIL, 2011).

Mesmo diante de previsão legal quanto à necessidade de divulgação dos atos praticados e a efetivação do controle social, tal demanda ocorre a partir de uma relação cultural conflituosa entre interesses divergentes, dos gestores da administração da pública e as organizações, diante daqueles que são “administrados”, a sociedade civil, conforme menciona Braga (1998, p. 193) diz que ainda se tratando transparência pública para uma gestão participativa esta não concede as atribuições que são dos administradores públicos, muito menos impõe limitações à autonomia destes. Portanto, a transparência deve ser política organizacional, e o seu sucesso passa pela gestão das informações e pelo desenvolvimento de tecnologia de informações, pois ambas oferecem capacidade de conquistas no quesito da transparência na gestão pública (CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013).

2.2 DA TRANSPARÊNCIA À PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL

No entendimento de Figueiredo e Santos (2013), a transparência de fato estimula e encoraja a participação e o controle social, visto que a divulgação de informações pode aproximar a sociedade do poder público e consolidar a cidadania. Conforme a gestão pública aumenta o grau de sua transparência, criando um estímulo do envolvimento da sociedade nas diferentes classes e esferas sociais.

A participação social cria a demanda para que as instituições se tornem mais tempestivas, ágeis e efetivamente transparentes, o que passa a dar suporte e legitimidade às decisões de direção, abrindo espaço para reivindicações e objetivos sociais (PIRES, 2011).

O controle é a forma do poder – dever que o cidadão possui que inclui o direito de inspeção, registro e acompanhamento, fiscalização da administração pública, e pela sociedade, como forma de garantir que a conduta e a atuação dos órgãos e agentes públicos estejam em acordo com a lei e com os padrões fixados pelo ordenamento jurídico de forma que o controle pode ser definido como a capacidade que a sociedade organizada tem de

intervir nas políticas públicas, interagindo com o estado, na definição de prioridades e na elaboração de planos de ação do município, estado ou governo federal (SOUZA, 2004).

2.2.1 Os instrumentos de controle social

Os meios de divulgação da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal são: publicação dos documentos orçamentários e fiscais e ações de participação popular. Assim, quanto aos instrumentos de controle social no Brasil o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal cita: Conselhos de Política Pública, Observatório Social, Orçamento Participativo, Audiências Públicas e Ouvidoria.

2.2.1.1 Os conselhos

Os conselhos são diferenciados quanto à sua natureza e atribuições, existem conselhos consultivos e os conselhos deliberativos. Os conselhos consultivos são conhecidos por reunirem pessoas reconhecidas por suas capacidades e conhecimento em determinada área da política e são considerados órgãos de assessoria e apoio à tomada de decisões pelos governantes (CUNHA, 2010).

Os conselhos deliberativos são responsáveis por decisões vinculantes acerca de prioridades, estratégias, beneficiários, financiamento, assim como por exercer o controle público sobre a ação do Estado decorrente dessas deliberações.

A LRF evidencia que para o efetivo controle social, requer-se uma transformação nas instituições públicas, e na cultura de desinformação da população, sendo que essa mudança vem junto com o aumento da efetiva participação da população na gestão pública, que é garantida pela transparência e acessibilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Baseia a gestão da responsabilidade fiscal e em suas premissas que deverão ser ação planejada e transparente, atuar na prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar as contas públicas e ainda com a imposição de cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas (JACOBI, 2003).

Neste teor se destaca que os Conselhos são instâncias de discussão, deliberação e representatividade de políticas públicas, amparadas por legislação nacional e que apresentam um desenho institucional estruturado e sistêmico, podendo atuar nas três esferas governamentais, sempre com a finalidade de contribuir para o controle social e

constituemcolegiadoscomfunçãodeliberativaouconsultiva, sustentadas por movimentos sociais (OLIVEIRA, 2013; LUCHMANN, 2007; CUNHA, 2010).

3.2.1.2 Os Observatórios das Despesas Públicas (ODP)

O Observatório da Despesa Pública da Controladoria-Geral da União foi instituído pela Portaria n.º 1.215, de 25 de junho de 2009³, atua como mediador entre o Estado e a sociedade civil se trata de instituições independentes que se ocupam das tarefas de acompanhar e verificar os gastos de forma a fiscalizar as contas públicas e que foram constituídas a partir de iniciativas autônomas da sociedade. Encontrando-se desvinculados de qualquer esfera de poder ou centro de influência normativa, sendo que tais instituições buscam promover junto ao Ministério Público e outros entes, maiores comprometimento entre o estado-sociedade com ação voltada ao atendimento dos interesses exclusivos da sociedade civil (BRASIL, 2009).

Nesse intuito mesmo com orçamento participativo que consiste na forma de planejar os gastos públicos, que é elaborado com a participação de indivíduos de diferentes classes sociais, promovendo a destinação da verba pública em projetos e atividades do interesse da coletividade, existe a necessidade dos Observatórios da Despesa Pública (ODP) que é uma unidade permanente do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) voltada à aplicação de metodologia científica, com o apoio de tecnologia da informação de ponta, e atua na produção de informações que visam amparar e agilizar tomada de decisões táticas, por meio do acompanhamento efetivo e imparcial dos gastos públicos (CGU, 2018)

Visa também, contribuir para o aperfeiçoamento do controle interno passando a ser uma ferramenta de apoio à gestão pública, sendo que os dados coletados pelas unidades serão elementos chave e de suma importância para prática de fiscalização e de auditorias. Atua ainda na prevenção e combate à corrupção. Em relação ao público alvo da ODP, Interno: Gestores e Equipes de fiscalização da CGU e Gestores Públicos, e o público Externo são os Gestores Públicos e a Sociedade (CGU, 2018⁴).

2.2.1.3 Audiência Pública

A audiência pública é um instrumento à disposição dos órgãos públicos para, dentro

³ <http://www.cgu.gov.br/assuntos/informacoes-estrategicas/observatorio-da-despesa-publica/historico-e-objetivos>

⁴ <http://www.cgu.gov.br/assuntos/informacoes-estrategicas/observatorio-da-despesa-publica>

de área de atuação, promover um diálogo com os atores sociais, com a intenção de buscar alternativas para a solução de problemas que sejam de interesse público relevante. Atua como um instrumento de colheita de informações junto a população, como um canal democrático de manifestação de opinião, tanto na aprovação quanto na rejeição (CÉSAR, 2011).

Nesse sentido as audiências públicas permitem que o cidadão seja ouvido e envolvido, antes da realização do ato administrativo, discutindo o planejamento de receitas e despesas arrecadadas, motivando assim a interação entre estado e sociedade na tomada de decisão de determinadas questões.

Carvalho Filho (2013, p.192), afirma “[...] a audiência pública é a forma de participação popular pela qual determinada questão relevante, objeto de processo administrativo, é sujeita a debate público e pessoal por pessoas físicas ou representantes de entidades da sociedade civil”.

Neste teor se destaca que a realização da audiência pública se instrumentaliza a partir da efetiva com a participação da sociedade, opinando, avaliando, mas principalmente participando, visto que, a ferramenta primordial para controle social.

2.2.1.4 Ouvidoria

A Ouvidoria é um órgão que permite o intercâmbio entre o usuário do serviço e a administração pública, servindo para ouvir e registrar as opiniões e indignação dos cidadãos. As demandas apontadas pelos usuários são direcionadas para as respectivas secretarias. A percepção dos usuários sobre o serviço prestado conduz a uma avaliação do desempenho da gestão pública. A partir do levantamento das reclamações, os gestores poderão programar melhorias aos serviços e produtos produzidos. Busca-se dar a transparência devida à gestão pública, com a participação dos cidadãos na melhoria dos serviços públicos prestados e na avaliação das políticas públicas (OLIVEIRA, 2013).

Sendo assim, a ouvidoria pública brasileira pode ser um excelente instrumento de aprimoramento, modernização e humanização da relação existente entre os servidores públicos e os cidadãos, viabilizando a ampliação do necessário espaço para o pleno exercício do direito de avaliação e controle da gestão pública, requisito indispensável para a consolidação da democracia (OLIVEIRA, 2013).

Portanto, para que haja a efetiva participação da sociedade, através desse canal e outros canais, é necessário a ampla divulgação, devendo esta ocorrer inclusive em meios eletrônicos, seja em *site* próprio ou não. Consoante o art. 48 da LRF e os princípios

norteadores da Administração Pública, sem prejuízo do disposto no art. 49 da mesma lei que ocorrendo à ampla divulgação, certamente deverá atuar o Ministério Público, a fim de fazer cumprir o comando normativo, adotando as medidas pertinentes (BRASIL, 2000).

Com isso, a participação social consiste, portanto, em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se comparando com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado.

Deste modo, é propício que se estimule a cultura da participação efetiva na gestão pública, por meio da informação disponível em meios eletrônicos e outros, desenvolve-se um controle preventivo, estimula-se a participação popular, torna-se o exercício do poder mais transparente, logo, mais democrático. Com a diminuição dos desvios de dinheiro gerados pela corrupção é possível viabilizar a melhoria das prestações sociais, que podem ser oferecidas população, ou seja, concretizam-se direitos (LIMBERGER, 2006).

2.3 TRANSPARÊNCIA COMO *ACCOUNTABILITY* X MEDIAÇÃO

Accountability é a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem da delegação de poder e corresponde sempre à obrigação de executar algo, que parte da autoridade delegada e ela só se finda com a efetiva prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela contabilidade (NAKAGAWA, 1993).

Ainda sob a ótica do referido conceito, o termo *Accountability* comumente usado na língua portuguesa, como responsabilidade com ética considerando a obrigação, a transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013).

A transparência é a característica que governos, organizações e indivíduos têm de serem abertos em relação a informações sobre planos, regras processos e ações. A transparência está ligada de maneira ampla à divulgação de informações que permitam que sejam averiguadas as ações de gestores e a devida responsabilização por seus atos. Em sua definição são observadas suas características podendo torná-la ou não, completa, compreensível, confiável e de qualidade (ALÓ, 2009).

Ainda que os termos *accountability* e transparência possuam semelhanças em seus entendimentos, seus conceitos não são sinônimos, *accountability*, sobretudo, tem a necessidade que os representantes têm da prestação de conta das ações governamentais e

submeter-se a apreciação da população o quea torna mais completa e abrangente, Bresser Pereira (2006), define como responsabilização que está atrelada a exposição ordenada e planejada dessa prestação de contas.

No tange a gestão pública *accountability* por um lado, é fundamental para a preservação da democracia, por outro é indispensável à participação dos cidadãos que de posse das informações da gestão este pode monitorar as atividades e ações seus gestores, que são duas partes de um processo, um é delegado o poder de gerir recursos, por isso a obrigação da prestação de contas a quem o delegou, desse modo à interação e elo entre governo sociedade é primordial (AKUTSU; PINHO, 2002).

A participação para ser efetiva demanda informações precisas e confiáveis que permitam ao cidadão construir um quadro referencial da atuação do governo e, a partir daí, atuar no sentido de exigir que os representantes expliquem as suas ações, mudem sua forma de agir ou mesmo alterem os objetivos das políticas públicas, o que torna o passo essencial para o efetivo exercício dos cidadãos junto à transparência das contas governamentais, acrescenta ainda, que a *accountability* como forma de cobrar respostas dos governantes ocorre exatamente porque existem deficiências nas informações que são passadas ao público”, pretende, portanto, criar mais transparência. Nesse sentido questiona-se como essas informações são repassadas aos cidadãos, que tratamentos recebem, e se está de acordo e de forma justa ao entendimento do usuário externo, passando a mediação figurar nesse sentido (ROCHA, 2009).

A relação entre os níveis de transparência que são expostos nos sítios oficiais ea taxa de alfabetização de seus munícipes, no que tange a transparência eletrônica. Trazendo assim a tona a importância da corretamediação da informação junto ao cidadão. Nesse sentido, a informação deve ser de forma clara e concisa. Slomski (2008), afirma existir associação entre os indicadores sociais e os níveis de transparência fiscal eletrônica.

Nesse sentido PlattNeto *et al.* (2007) e Junior (2008) afirmam que a mediação consiste em duas dimensões: a intrínseca e a extrínseca. Sendo a primeira referente aos profissionais que atuam em equipamentos informacionais, não necessariamente com formação específica na área. A segunda dimensão a extrínseca ocorre de maneira adequada e atendendo a técnicas quando realizadas por profissionais formados para atuar especialmente com a informação, enfatizando assim a necessidade de que as informações de forma apropriada.

Almeida Júnior (2015) complementam afirmando que a mediação é toda ação de interferência em um processo, seja individual ou coletivo, em que se aproprie de alguma

informação e a transmita de forma a gerar entendimento a este ou aquele de forma que satisfaçam a uma necessidade informacional, ou até mesmo gerando conflitos.

Logo, *accountability* abrange a publicidade das ações dos gestores, a prestação de contas, e através de sua evidenciação, e controle na administração pública pode gerar incentivos/sanções caso o agente público cumpra/descumpra suas obrigações, e a mediação é a estratégia de interlocução e participação dos usuários, que visa transmitir a informação, de acordo com as normas e das diretrizes da LAI e o direito de acesso à informação está vinculado à noção de *accountability* por meio do aperfeiçoamento do controle social e da transparência pública (BRASIL, 2011).

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem a abordagem qualitativa e quanto aos objetivos se classifica como exploratório-descritiva. Na abordagem qualitativa a coleta dos dados ocorre a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno estudado e a análise desses dados a partir da capacidade de interpretação do pesquisador; nesse tipo de pesquisa não requer uso de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV 2013; FREITAS, 2013).

Quanto à natureza, a presente pesquisa se caracteriza como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos (PRODANOV 2013; FREITAS 2013).

Quanto ao objetivo, descritivo, Raupp e Beuren (2013) definem como um procedimento em função da necessidade de conhecer mais detalhadamente o tema de estudo abordado, descrevendo suas características principais e os sistemas utilizados. Ainda, segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados, onde o pesquisador observa, registra, analisa e ordena os dados sem manipulá-los (PRODANOV 2013; FREITAS 2013).

Já em relação à pesquisa exploratória, Gil (2008) afirma que, constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla, através da revisão de literatura discussão com especialistas e outros procedimentos para buscar esclarecer e delimitar o tema. Portanto, mediante o levantamento bibliográfico em livros, sites, artigos e teses, acerca do assunto para ampliar o conhecimento e informações teóricas.

Com relação às técnicas de pesquisa, se classifica como documental. Para Gil (2008) a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico

ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para tanto, esta pesquisa fez uso de documentos cedidos pela prefeitura, bem como documentos disponíveis no *site* da prefeitura e Portal Transparência de Cacoal (RO), *site* do Tribunal de contas Estado – TCE- RO, *site* da controladoria geral da União CGU, *siteda* Escala Brasil Transparente – EBT, e *site* “Tô no Controle”.

Com intuito de apenas de complemento e busca de evidências para a pesquisa dos sobre quais os instrumentos de transparência e controle social, foi elaborado roteiro de entrevista e aplicado servidor do setor de Coordenação de Planejamento e Controle, e ao Coordenador de Contabilidade do município. Em relação ao controle social e materialização perante a sociedade foi utilizado entrevistas com os presidentes dos bairros nos meses de maio e junho de 2018, que, embora se tenha ciência de 42 bairros no município, apenas 28 contam com representantes, e desse quantitativo houve tentativa de contato com 28 deles, todavia, apenas 05 (cinco) responderam ao questionário de forma a contribuir com a pesquisa.

No tocante a informação, com foco na transparência pública o acesso aos seguintes documentos foi de suma importância para realização desta pesquisa: receita pública, despesa pública, plano diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, atas e outros instrumentos existentes com a finalidade de verificar a efetiva transparência no município.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nessa seção, apresentam-se os resultados e as proposições firmadas, sendo apresentado na seguinte ordem: Transparência pública: análise dos indicadores de transparência do município de Cacoal e o município de Cacoal e as ferramentas de controle social.

4.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: ANÁLISE DOS INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CACOAL

O município de Cacoal, estado de Rondônia, iniciou-se na década do século XX, através da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas que instaurou um posto telegráfico em Pimenta Bueno, com a abertura da BR-364, antiga BR-29. O povoamento de Cacoal foi solidificado na década de 1970 como polo de agrícola, pecuária e atividades vinculadas ao agronegócio, principalmente a produção de café. Cacoal foi criado pela Lei Federal nº 6.448, de 11 outubro de 1977, desmembrado do município de Porto Velho. Seu nome foi dado pelo

seringueiro Anísio Serrão de Carvalho por conta da grande quantidade de cacau nativo que havia nesta área (PORTAL PMC, 2018).

O município de Cacoal possui aproximadamente 42 bairros, sendo que sua população foi estimada pelo IBGE em 2017 de 88.507 pessoas, e de acordo como último censo a população em 2010 era de 78.574, a quinta maior do estado. A economia de Cacoal-RO é movida principalmente pelas grandes indústrias do setor agropecuário e comércio, madeireiro, sendo um dos municípios mais prósperos do estado de Rondônia por sua sólida economia em expansão (IBGE, 2010).

4.1.1 Os instrumentos de transparência pública adotados pelo município de Cacoal

O resultado das entrevistas com o servidor do planejamento e da contabilidade corrobora com a pesquisa documental e bibliográfica, sobre os tipos quais instrumentos de transparência são utilizados no município de Cacoal disponibiliza e possui site próprio, como instrumento de cumprimento da transparência pública, que é atualizado diariamente, disponibiliza ao acesso dos usuários, informações diversas como leis, resoluções, no Portal da Transparência, os comunicados, e convites, além das informações pertinentes à administração, audiências Públicas, links para acesso aos portais de transparência das autarquias Fundação Cultural (FUNCCAL), Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – (SAAE) e Autarquia de Esporte (AMEC) (figura3):



Figura 3: Portal de acesso à Informação Pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

O site disponibiliza também as principais informações de interesse da população, como matérias veiculadas de cunho, social, financeiro e contábil. Disponibilizando ainda *link* e manual de acesso ao Sistema Eletrônico do serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o E-

SIC Virtual, corroborando com o princípio da publicidade. Apresenta ainda, no *site*, a importância da ferramenta, informa também disponibilidade do SIC Físico e número de telefone para o contato com o Coordenador do SIC físico – na Controladoria Geral do Município, de acordo com (figura 4):

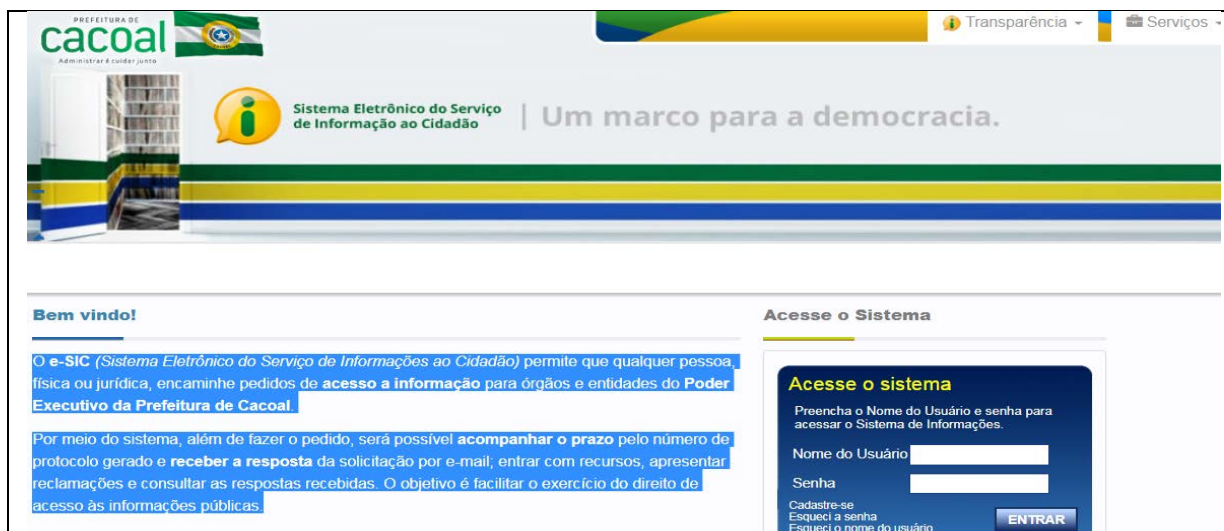


Figura 4: Portal de acesso à Informação Pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

Mediante o propósito da pesquisa, utilizando canal demonstrado (figura4) foi solicitado informação dos os *e-mails* dos servidores do município de Cacoal-RO pelo e-SIC, em 20 de novembro de 2017. A demanda foi negada por se tratar de dados pessoais dos servidores. O que vai ao encontro com o atendimento do artigo 6º e 31º da LAI:

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; [...].

Corroborando com atendimento da legislação está exposto no *site* da Prefeitura Municipal, e disponível para conferência do cidadão conforme (figura 5):

LEGISLAÇÃO APLICADA AO PORTAL DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO CACOAL/RO
SIC'S Governo Federal
Lei Federal 12527, de 18 de novembro de 2011- LAI
Cartilha “acesso a Informação”
Acesso à informação no Brasil
Lei nº 3.166 de 27 de Agosto de 2013, regulamentando a LAI ⁵
Decreto nº 17.145 de 1 de outubro de 2012 ⁶

Figura 5: Prefeitura Municipal de Cacoal.

Fonte: PMC (2018)

No entanto até 08 de junho de 2018, em atenção a atualizações que por ventura possam ocorrer, não foi possível visualizar a lei nº 3.166 e do Decreto nº 17.145, conforme (figura 5), o acesso apresenta erro.

Ainda no atendimento aos dispositivos da LAI, o portal do e-SIC, dispõe de gráfico com a quantidade de pedidos efetuados pelos usuários e a quantidade de respostas, que na data da pesquisa conta com taxa de 100% (cem por cento) de atendimento das solicitações (figura 6):

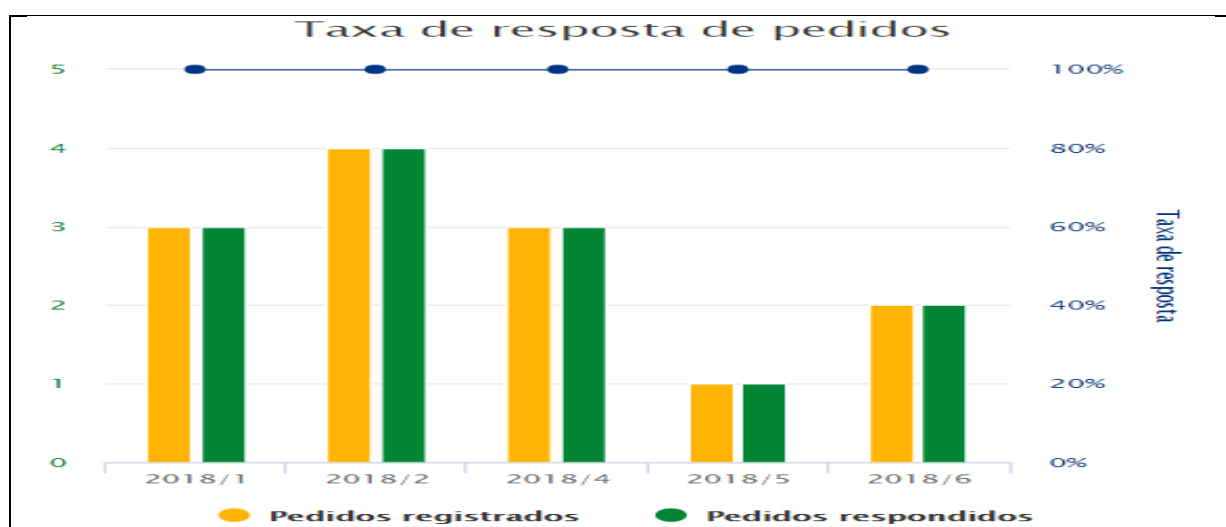


Figura 6: Portal de acesso à Informação Pública.

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

Ainda em observação (figura 6), o mês de fevereiro foi o que apresentou maior número de solicitações.

O Portal da Transparência do município, conforme disciplina a lei em seus diversos dispositivos que as informações devem ser apuradas e divulgadas em meio eletrônico,

⁵ <http://esic.cacoal.ro.gov.br/site/anexos/L3166.pdf>

⁶ <http://esic.cacoal.ro.gov.br/site/anexos/L3166.pdf>

promovendo a ampliação do acesso dos cidadãos, mediante o acesso à Internet, foi criado especificamente com esse intuito, sendo que nele é veiculado informações sobre execução orçamentária e financeira, bem como a publicação de todas as informações ligadas a administração pública, ainda utilizado como parâmetro e avaliado constantemente por órgão fiscalizadores, conforme itens a seguir.

4.1.2 Indicadores de Transparência do município de Cacoal pelo CGU

No que diz respeito da avaliação do portal transparência pela Controladoria geral da União-CGU, que alimenta a Escala Brasil Transparente (EBT) acontece desde 2015 à luz da Lei nº 12.527/11 e seus incisos, dos artigos 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 41 da Lei de Acesso à Informação, adotam-se a metodologia como mostra a figura 7.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	
Escala Brasil Transparente (EBT)	TRANSPARÊNCIA PASSIVA
Exposição da legislação no site avaliado	Divulgação do SIC Físico (Atendimento Presencial)
Existência de Regulamentação	Existência de um e-SIC
Regulamentação do SIC	Possibilidade e acompanhamento do pedido de acesso
Regulamentação da classificação do sigilo	Inexistência de pontos que dificultem o pedido de acesso
Regulamentação da Responsabilização do servidor	Respostas aos pedidos no prazo legal
Regulamentação da instancia recursais	Respostas em conformidade com o que foi solicitado
25% REGULAMENTAÇÃO DA LAI	75% TRANSPARÊNCIA PASSIVA
PESO DA NOTA DE AVALIAÇÃO TCE	
(NOTA) DE 0 a 10	(SIM/NÃO) PREENCHIMENTO BINÁRIO

Figura 7: Portal de acesso à Informação Pública

Fonte: EBT (2018)

A metodologia de avaliação do Portal de Transparência, como pode se evidenciado (figura7), apresentam 12 (doze) quesitos, claramente o enfoque é basicamente, na transparência passiva, pois seu peso equivale a 75 % (setenta e cinco por cento), da nota. Essa metodologia de avaliação foi criada para mensurar o índice de transparência dos municípios brasileiros, ou seja, mensurar o grau de cumprimento dos dispositivos legais, da LAI, contribuindo com o exercício pelos municípios da transparência, sendo que as avaliações aconteceram em datas diversas, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Em análise aos resultados do índice de transparência observa-se, que o município de Cacoal, só aparece nessa escala na última avaliação. A primeira avaliação de municípios do

estado de Rondônia pela EBT aconteceu entre os dias 28.01 a 23.04 do ano de 2015⁷, e a Regulamentação da Lei de acesso a informação é de 11/10/2017, e essa escala avalia se existe essa regulamentação e a transparência passiva. Na data de 16/01/2017, foi a último dia datado na EBT, em avaliação, Cacoal obteve nota 3,75 (figura 8).

MUNICÍPIO	2015 ⁸	2016 ⁹	2017 ¹⁰
ESTADO-RO	5,5	4,4	10
PORTO VELHO	0,0	0,0	9,7
PARECIS	1,9	0,0	3,3
MONTE NEGRO	1,9	6,8	8,6
ALVORADA D'OESTE	0,0	1,9	4,4
SÃO FELIPE	0,0	0,0	0,0
CACAULANDIA	-	10	10
COLORADO D'OESTE	-	5,8	3,6
JIPARANA	-	4,3	10
CACOAL	-	-	3,75

Figura 8:ESCALA BRASIL TRANSPARENTE – CGU.

Fonte: EBT (2018).

Ainda da aplicação da EBT, a edição de 2018, não existe informação sobre data de ocorrência ou avaliação, caso não haja modificação na metodologia de análise, conforme acima mencionado, o município de Cacoal deverá tender todos os quesitos. A avaliação de transparência pelo Ministério Público conta com apenas duas edições publicadas até junho/2018.

4.1.3 Indicadores de Transparência do município de Cacoal pelo MPF

Ainda sobre a avaliação dos portais de transparência, em 2015, o MPF avaliou os portais à luz das Leis de Transparência de todos os municípios brasileiros, e após avaliação expediu recomendações aos municípios, que não cumpriram suas obrigações legais.

Em 2016 foi realizada a nova avaliação nacional resultado da nova classificação, onde mostra grande melhora na pontuação dos municípios (figura 9), no entanto ser transparente não é uma opção e sim uma obrigação, tanto que após a primeira avaliação o MPF, estabeleceu prazo para adequação de 120 dias, porém conforme o índice das notas é possível

⁷https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=7#Pb57cfe8c80614789aa08a848bd7cd55f_2_285iT

⁸https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=7#Pdd64b8d130cd4f8b9280c770bfc0adf5_4_281iT

⁹https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=14#P77da161251cf405ea860a7724c950b8e_2_298i

¹⁰https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=20#P50c62f95858d4834ac3046c78a852489_3_oHit

observar que nenhum município atingiu nota máxima. Nesse sentido o MPF propôs ações civis públicas cobrando o cumprimento das leis de transparência a fim de responsabilização dos gestores por meio de ações de improbidade administrativa (BRASIL, 2016¹¹), (figura 9):

MUNICÍPIO	2015	2016
ESTADO-RO	5,2	10
PORTO VELHO	6,4	9,8
PARECIS	5,6	8,9
MONTE NEGRO	7,6	8,9
ALVORADA D'OESTE	6,4	8,9
SÃO FELIPE	0,4	7,8
CACAULANDIA	2,9	9,5
COLORADO D'OESTE	6,8	7,2
JIPARANA	0,4	9,4
ALTO PARAÍSO	6,1	9,0
CACOAL	0,6	8,6

Figura 9: Ranking da Transparência - MPF

Fonte: MPF (2018)

Em atendimento a essas ações observa-se que o município de Cacoal teve aumento na nota, no entanto ocupou a vigésima posição no ranking de transparência, abaixo dos municípios de Rio Crespo e Primavera de Rondônia que segundo último censo do IBGE, contam com menos de quatro mil pessoas, ao passo que perante avaliação da nota de Transparência, em avaliação efetuada pelo TCE-RO, finalizada em junho de 2018, encontra-se defasada visto que, a última publicação de avaliação de transparência do MPF é de 2016 e do CGU, do ano de 2017.

4.1.4 Indicadores de Transparência do município de Cacoal pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/ RO)

No tocante a prestação de contas, perante a população, mediante última avaliação do Tribunal de Contas, e avaliação do portal de transparência do município, Cacoal está entre os municípios do estado de Rondônia como referência, pois vai ao encontro da geração de informação e a efetiva prestação de contas perante a sociedade, conforme Nakagawa 1993, à obrigação de executar algo, que parte da autoridade delegada e ela só se finda com a efetiva

¹¹ <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-divulga-ranking-da-transparencia-em-rondonia>

prestação de contas dos resultados alcançados, como demonstrado na avaliação do TCE-RO¹², do índice de transparência do seu Portal de 92,99%. Levando Cacoal ao nível de transparência elevado, conforme análise da decisão em acórdão publicada em 28/05/2018, no site do TCE-RO.

Ainda nesse ínterim, este tópico busca levar a compreensão do leitor, os itens avaliados e demonstrados em descumprimento, no acórdão do processo de verificação do cumprimento aos preceitos da lei de acesso a informação e legislação correlata, publicado pelo TCE, de maneira menos técnica, porém sem perda de valor.

Conforme já mencionado, o Decreto 6.544-17 de 11 de outubro de 2017 regulamenta o acesso à informação previsto nos artigos 5º, XXXIII e 216, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu Art. 5º o Município de Cacoal disciplina que manterá, no Portal de Acesso à Informação Pública na internet em seu portal¹³, os seguintes dados (figura 10):

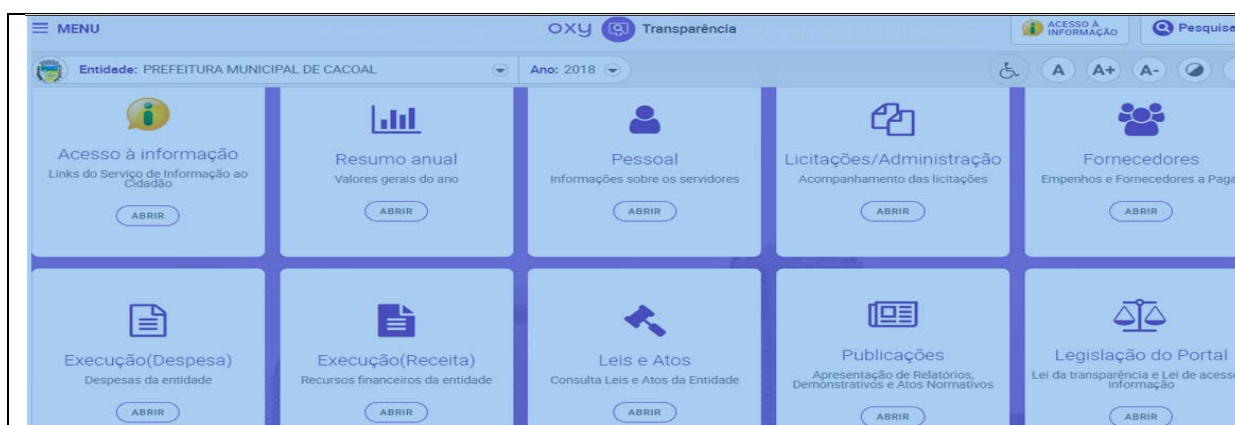


Figura 10: Portal de acesso à Informação Pública
Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

De acordo com o exposto (figura 10), observam-se o atendimento de algumas das exigências de publicidade ao portal transparência conforme Decreto nº6.544-17 de 11 de outubro de 2017, sendo:

- I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

¹² <https://pce.tce.ro.gov.br/tramita/pages/processo/processoViewConfirm.jsf>

¹³ <http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/>

- IV - execução orçamentária e financeira detalhada;
- V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, e quaisquer outras vantagens pecuniárias, desde que não sejam eventuais, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato da Secretaria Municipal de Administração; [...].

No entanto, em se tratando da metodologia de Auditoria de regularidade do Tribunal de contas do estado, é realizada à luz da Lei da Transparência (Lei Complementar n. 131/2009), da Lei de Acesso à Informação (Lei Complementar n. 12.527/2011) e da recente Instrução Normativa n. 52/2017-TCE-RO, incluindo a IN n.62/2018-TCE-RO, é obrigatório que as informações apuradas, realizadas e executadas sejam divulgadas em meio eletrônico, promovendo a ampliação do acesso aos cidadãos, mediante o acesso à internet, demonstrando a hierarquia, o que conforme o acórdão mencionado, o município de Cacoal deixa de atender o art.8º§1º, I, da LAI e art. 8º da IN n.52, que diz que o município deverá dispor de seção específica dispendo sobre a estrutura organizacional e organograma da entidade.

Ainda em se tratando do princípio da publicidade, o município também não atendeu, de forma plena, visto que em seu portal não apresenta o inteiro teor dos convênios, acordos de cooperação e demais ajustes firmados pelo município, inclusive seus aditivos, o que de forma geral torna-se intrigante, visto que são celebrados, e que basta apenas serem publicados, no portal de transparência conforme art.16 da Lei de acesso a Informação.

No município de Cacoal de acordo com o exposto no Portal de Transparência do município, é aplicada a seguinte Legislação (Fig. 11).

LEGISLAÇÃO APLICADA AO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE CACOAL- RO
Constituição Federal Atualizada
Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF
Lei Complementar nº 131, de 27 maio de 2009
Lei Federal 12527, de 18 de novembro de 2011- LAI
Decreto 6.544/17 Municipal regulamenta o acesso a informações de Cacoal-RO
Instrução Normativa nº 52/2017/TCE-RO

Figura 11: Portal de acesso à Informação Pública
 Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

Nesse ínterim (fig. 11) o município procede conforme a IN nº. 52/2017 que menciona que o município deverá ter disponibilizado em seu portal, para conhecimento, a legislação

vigente e atualizada que regulamenta e normatiza o seu funcionamento e atendimento à população.

No caso, são necessários ainda para a efetiva transparência disponibilização no Portal de Transparência os Planos, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos em atenção aos artigos 3º a 7º da LAI e da LRF e a Prestações de contas anuais conforme em atenção aos artigos 56 a 58, e ainda, os Relatórios, demonstrativos e metas de resultado conforme em atenção aos artigos 8º, 9º, 13, 52 e 53, e também, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (Figura 12).

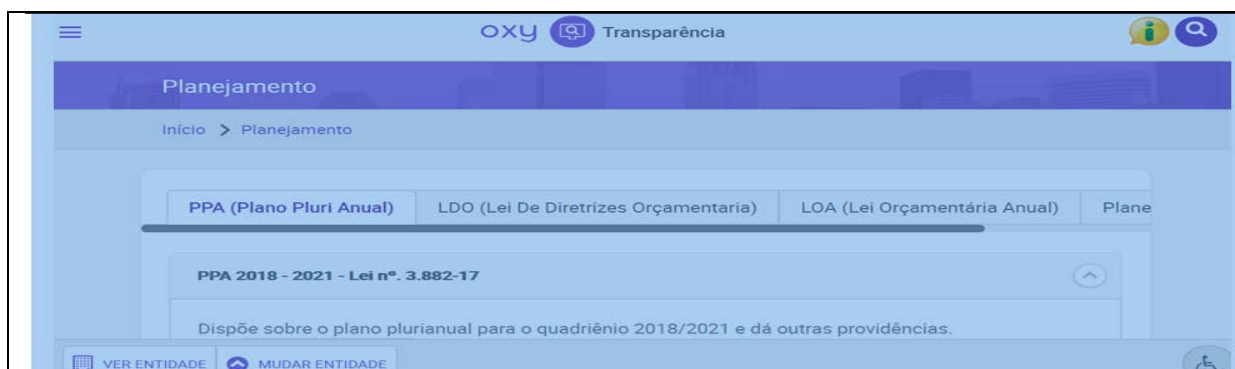


Figura 12: Portal de acesso à Informação Pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

No município de Cacoal esse requisito é atendido em seu portal (figura 12)¹⁴, onde o cidadão poderá ter acesso via internet, a essas e outras informações disponíveis. No entanto é necessário que o usuário tenha conhecimento de termos técnicos, para conseguir lidar com as informações disponibilizadas, a exemplo da infringência detectada pela auditoria do tribunal de contas do estado em acórdão¹⁵ de 23/05/2018:

Infringência ao art. 48, § 1º, II, da LC n. 101/2000, c/c arts. 5º e 7º, I, da Lei n.12.527/2011, c/c art. 7º, V da Instrução Normativa n. 52/TCE-RO/2017, por não disponibilizar notas explicativas, contidas em todas as situações que podem gerar dúvida do usuário sobre o conteúdo da informação e da sua procedência;

Ainda que o portal de Cacoal esteja classificado em nível elevado de transparência, conforme decisão do TCE-RO, não foi concedida ao município o certificado de qualidade de transparência pública, visto que houve descumprimento de quesito obrigatório art. 2º, §1º da Resolução n. 233/2017/TCE-RO, que menciona a obrigatoriedade da disponibilização do organograma no portal de transparência.

¹⁴ <http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/>

¹⁵ <https://pce.tce.ro.gov.br/tramita/pages/processo/processoViewConfirm.jsf>

Pois nesse sentido Santos (2012), evidencia que a informação deve ser precisa, suficiente e de fácil entendimento, pois para o cidadão comum é de fundamental importância para o controle social, o que torna transparência e participação social, conceitos indissociáveis, interdependentes e intercambiáveis, ainda revestidas do conceito de *accountability* tornando-se um poderoso instrumento de participação social.

Mediante análise da avaliação dos itens elencados como não atendidos pelo acórdão do TCE em junho de 2018, é possível observar que o município de Cacoal deixa de atender requisitos, obrigatórios e que se subentende não serem de tamanha dificuldade em atendimento, visto que geralmente é deflagrado o processo de auditoria, com ciência e prazo para que o município se adeque, como é o caso do referido acórdão utilizado, do processo n.1.60/2017-TCE, que se encontra arquivado, visto que este foi o primeiro ano, de vigência da IN n. 52/2017/TCE-RO.

Portanto cultura da transparência auxilia o envolvimento com a prestação de contas de diferentes classes sociais no acompanhamento e auxílio da gestão. Pois, a disponibilização de informações para grupos restritos inibe e deturba o caráter da promoção da democracia, e que vem ferir princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.2 O MUNICÍPIO DE CACOAL E AS FERRAMENTAS DE CONTROLE SOCIAL

As ferramentas de controle Social, identificadas através desta pesquisa no município de Cacoal, foram os conselhos, audiências Públicas, o observatório da despesa pública, e a ouvidoria que está em fase de implantação.

4.2.1 Conselhos Municipais

Os conselhos são conhecidos por reunirem pessoas reconhecidas por suas capacidades e conhecimento em determinada área da política e são considerados órgãos de assessoria e apoio à tomada de decisões pelos governantes (CUNHA, 2010).

Nesse entendimento e de acordo com informações obtidas junto aos líderes que foram entrevistados, com intuito de saber quantos conselhos ligados a administração do município, é pertinente dizer que todos os entrevistados, tiveram a noção da existência de alguns conselhos, no entanto não souberam responder prontamente, onde estão, como se reúnem, ou que matéria trata. Porém, em material disponibilizado no portal transparência do município

foi possível, verificar a existência de 16, conselhos que são formados por representantes do município, da comunidade e órgão competentes (figura 13):

CONSELHOS	SIGLA
Saúde	CMS
Tutelar	CT
Educação	CME
Educação	FUNDEB
Agricultura	CMA
Segurança Pública	CMSP
Assistência Social	CMAS
Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Direitos da Pessoa com Deficiência	CMPD
Segurança Alimentar e Nutricional	CONSEA
Direitos da Mulher	CMDM
Juventude	CMJUV
Combate Álcool e Drogas	COMAD
Idoso	CMI
Combate à Pobreza	CMCP
Meio Ambiente	CONDEMA

Figura 13: Conselhos Municipais - Portal de acesso à Informação Pública¹⁶

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

A participação desses conselhos nas decisões políticas, na gestão pública efetiva a participação social, ambos têm o dever com a democracia participativa e controle social, os conselhos (figura13), para acesso específico, não foi localizado, nenhum campo que especifique a existência ou *link*, para acesso até na data da finalização da pesquisa.

Os membros desses conselhos são representantes da Prefeitura, das secretarias do município, outros órgãos e sociedade e têm como intuito acompanhamento, participação e controle que objetiva manter que de alguma forma seja efetiva a participação da sociedade civil na formulação de planos e metas, que tragam benefícios à sociedade por quem está representada nestes conselhos.

Ainda que o município tenha estabelecido esses conselhos, é pertinente ressaltar que os desafios a se ultrapassar visto que a cultura da desinformação sobre as ações, reuniões, metas e objetivos, estão a desejar, visto que fora observado a existência dos mesmos, porem os canais de informação maciça não está sendo utilizados para a devida exposição.

Em relação aos conselhos, houve tentativa de entrevistas a algumas lideranças das comunidades do município, onde foi verificado se esses líderes se envolvem e participam das atividades dos conselhos. Levando em consideração a existência de aproximadamente 42

¹⁶ <http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/orcamento>

(quarenta e dois) bairros¹⁷ sendo que desses, 28 possuem representantes, foram feitos pelo menos três contatos na tentativa de agendar possível entrevista com 25 (vinte) desses representantes, no entanto, foi obtido êxito apenas com 05 líderes. Os empecilhos foram vários, a exemplo de “nos falamos amanhã” de pelo menos 05 (cinco), e na data marcada, criava-se outro obstáculo, ou, “mande-me por e-mail”, e na tentativa de retorno argumentava “o computador estragou”.

Por um lado, pode demonstrar a falta de poder de convencimento do entrevistador, ou “medo do novo”, quando questionado a opinião de um dos líderes que aceitou ser entrevistado, o motivo de tamanha recusa em ser entrevistado, outro acrescentou “a maioria não busca o conhecimento, e esclarecimentos de fato, agem por paixão, é preciso mudar essa cultura desse país”, finalizou.

Ainda de acordo com outro entrevistado, “a população tem interesse zero, na hora de participar, principalmente se não tiver vantagem pessoal envolvida”. Nesse sentido as informações pertinentes à administração pública e a forma que ocorre a sua gestão pública não devem ser mais concentradas e o acesso à informação deixa de ser privilégio para poucos. No entanto o povo “deve deixar de ser manipulado e começar a se envolver de verdade, esse ano é ano de campanha”, mencionou outro entrevistado.

Ainda conforme outro entrevistado, “a busca é incessante por ganho próprio, os conselhos mais influentes são todos ligados a área da educação e ação social, simplesmente porque de alguns dependem a aprovação para emendas e gastos”.

Com isso é possível observar a necessidade de maior engajamento, e publicação efetiva dos atos desses conselhos, para que cheguem de fato ao usuário final, não apenas como forma de atendimento e aplicabilidade das leis vigentes.

4.2.2 Audiência Pública

A participação popular no ato decisório deve ir além das urnas, é preciso que se identifiquem as reais necessidades da sociedade, e que a mesma participe efetivamente do ato e da gestão pública, potencializando dessa maneira a democracia participativa. Pode ser inserida através das audiências públicas (figura14):

¹⁷ Leis 3.049/PMC/2012, 3.266/PMC/2013, 3.429/PMC/2015, “Divide a área urbana do município de Cacoal, e dá outras providências”.



Figura 14: Portal de acesso à Informação Pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal (2018).

Sobre o PPA Participativo, Audiências Públicas, o Município de Cacoal promoveu ao longo do mês de maio de 2017 (figura14), essas Audiências Públicas que teve como objetivo a consulta pública sobre o Plano plurianual 2018-2021 visando que a população opinasse sobre os principais projetos e políticas que em parcerias com o governo federal atendem às necessidades da população, que deve ter voz ativa. Tão importante quanto o conteúdo foi a democratização do processo, pois possibilitou “debate amplo em conjunto com a sociedade, determinando assim o melhor caminho para o município”.

De acordo com o relatório “Diretrizes de laboração - promoção da participação popular do Plano Plurianual – PPA 2018-2021 da prefeitura municipal de Cacoal/ RO”, a comissão de coordenação de processo de elaboração do PPA, convidou a sociedade, por meio de ofícios encaminhados à presidentes de associações, entidades governamentais e não governamentais, conselhos, entidades religiosas imprensa local, vereadores, promotores e juízes da Comarca de Cacoal –RO, para fazerem-se presentes, como parte integrantes e ativamente das discussões para elaboração do PPA.

No total conforme “atas das audiências públicas para elaboração do plano plurianual – PPA 2018-2021 da Prefeitura Municipal de Cacoal/RO” foram realizadas (07) sete audiências Públicas com esse intuito, e especificamente para a elaboração do PPA, e contou com a participação da população, e acadêmicos, conforme relatório das atas localizado no Portal Transparência, nas decisões que farão parte do seu dia a dia nos próximos anos.

A audiência pública de abertura foi realizada na Câmara Municipal de Cacoal (CMC), sendo que as demais no auditório da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Divinópolis, Distrito Riozinho, e Secretaria de Agricultura (SEMAGRI). Atendendo assim o parágrafo único, do art. 48 da LFR, assegurando a transparência, através da consulta e da participação do cidadão na gestão na elaboração do PPA. Ainda passível da fiscalização, do

monitoramento e no exame das ações da Administração Pública pelo cidadão, como importante instrumento de prevenção da corrupção e de fortalecimento do exercício da cidadania.

Quando questionados, sobre essas audiências, um entrevistado líder de bairro mencionou que “no dia de ir pra escolher as melhorias para a nossa regional, eu estava sozinha, não tinha nenhum outro representante dos nossos bairros”, em consideração o orçamento participativo que consiste na forma de planejar os gastos públicos, e que deve ser elaborado, o município, obteve essa participação, no entanto ela não foi maciça, outro ponto a se destacar, que até na data de fechamento desta pesquisa não foi localizado campo, espaço ou *link*, com a publicação das audiências que acontecem semanalmente na câmara do município, não disponibilizando a transmissão dessas audiências ou sessões via internet, deixando de atender o princípio da publicidade, art.37, CF e art.21 da IN n. 52/201/TCE-RO.

Nesse sentido, as audiências públicas, o orçamento participativo e outros meios do cidadão permitem que o cidadão seja ouvido e envolvido antes da realização do ato administrativo, discutindo o planejamento das receitas e despesas arrecadadas de seus contribuintes havendo assim a interação entre estado e sociedade na tomada de decisão de determinadas questões, no entanto “em primeiro lugar o povo precisa se interessar”, conforme menciona um entrevistado.

A necessidade de participação popular é latente. A demanda deverá ser de iniciativa dos administradores, em atendimento as legislações, para que num futuro breve, torne-se cultural.

4.2.3 Observatório da Despesa Pública

Em relação a (ODP) Observatório da Despesa Pública, a implantação desta ferramenta objetivando dar maior transparência plena nos gastos e ações da administração municipal, funciona como “uma espécie de malha fina dos procedimentos governamentais em diversos setores, que produzem informações estratégicas, úteis para a auditoria e fiscalização dos recursos públicos¹⁸”, além de melhorar a nota do Portal da Transparência, que em dezembro de 2016 foi de 3,75, numa escala de zero a dez, na avaliação da Controladoria Geral da União (CGU), e em recente publicação de acórdão 92,99 na avaliação do Tribunal de Contas¹⁹.

¹⁸

<http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/04/observatorio-da-despesa-publica-promove-nova-etapa-de-implantacao-em-rondonia>

¹⁹<https://pce.tce.ro.gov.br/tramita/pages/processo/processoViewConfirm.jsf>

O acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura de Cacoal e a CGE ofereceu subsídio à implantação do Observatório da Despesa Pública em Cacoal, de todos os estados brasileiros, apenas 12 (doze) estão credenciados, e apenas 04 (quatro) municípios do Estado de Rondônia Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Cacoal e Vilhena.

Nesse sentido, Cacoal caminha para a efetiva mudança da forma de gerir, pois a aplicabilidade e atendimento das leis de transparência, fiscal e social culminarão com a implantação da cultura da informação como base para a efetiva participação social.

4.2.4 Ouvidoria

A ouvidoria pública, em conjunto com outras ferramentas de participação e controle social, é um instrumento de poder imensurável de inclusão da sociedade junto à gestão pública, no entanto ela precisa de fato acontecer, contar com pessoal preparado e treinado, pois só assim essa mudança se efetivará de fato. Cacoal conta com os preparativos e servidores para integrar a ouvidoria do município, no entanto ainda não está em funcionamento, por tanto não atende a população com esse instrumento.

Nesse sentido as ferramentas de controle social, deverão funcionar como mecanismos de inserção popular na gestão pública, que ainda não são reconhecidos pela comunidade, ou seja, a interação social, não acontece em larga escala. É possível observar a priori, que no momento administração pública se desdobra para atender a lei, o que poderá ensejar na criação de um padrão de comportamento positivo e de cultura de participação junto a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi identificar os instrumentos de transparência e controle social adotados pelo município de Cacoal-RO, e como contribuem para o índice de transparência. Foi analisado e constatado mediante pesquisa documental e bibliográfica, que Cacoal atende as IN. nº 52 E 62/TCE-RO e legislações correlatas, as mudanças, alterações e novas Leis possibilitaram ao município mudanças de cunho político e no controle das ações governamentais, ofereceu subsídios legais para participação da população e publicidade da gestão.

No entanto, por si só, não é possível suprimir centenas de anos de cultura de não participação efetiva e interação com os atos da gestão pública. A abstenção da participação da

sociedade tanto em seus direitos constituídos quanto direitos exercidos é visível no município de Cacoal considerando o objetivo proposto pela pesquisa, de entrevistas a líderes, pode-se inferir que, as informações pertinentes à administração pública deve deixar de ser concentrada e o acesso à informação privilégio de poucos, os mecanismos de participação popular no ato decisório, poderão identificar as reais necessidades da população, e com a sua participação efetiva no ato da gestão pública potencializará a democracia participativa.

Portanto nesse quesito a pesquisa junto aos líderes de bairro e a falta de interesse em participar, evidencia a cultura da não participação quando: não são obrigados, sem indicação de pessoa conhecida ou influente e sem vantagem pessoal, portanto não foi possível auferir de fato a percepção sobre os instrumentos de controle social, mencionados pela entrevista e pesquisa com os servidores do município.

Demonstrando assim resultado insatisfatório aos instrumentos utilizados para a efetivação do controle social diante dos líderes entrevistados.

No quesito de transparência das informações perante a população a partir do portal transparência, mediante auditoria recente pelo TCE, teve índice elevado, 92,99, o que evidencia atendimento em quase 100% (cem por cento) dos quesitos avaliados da transparência municipal.

As respostas dos líderes demonstram que os conselhos precisam adentrar efetivamente ao Município, fazer parte do cotidiano dos destes também, para tirar essa cara de “só funciona em papel”, por mais que saibam que existem, não tem noção exata de quantos são e nunca tiveram contato efetivo.

Nesse quesito é de suma importância que a população conheça e exerça seus direitos e papel perante os gestores públicos de fato, pois a lei existe e exige, do governo, e nesse sentido não deveria ser um foco de interesse apenas da gestão, em atender a legislação por conta da não penalização dos responsáveis pela prestação das informações dos atos do município, mas sim do cidadão, não apenas, com manifestações e protestos. Quando se espera apenas pelo poder público e pelos órgãos fiscalizadores responsáveis, que quando fere a legislação ou os direitos do cidadão, em muitos casos já é tarde demais e seus danos serão irreversíveis. Os passos para proporcionar aos cidadãos o poder de ter o efetivo controle social por parte dos órgãos fiscalizadores e administradores foram dados, cabe agora aos cidadãos se mobilizarem e passarem exercerem seus direitos e deveres, desempenharem de fato suas obrigações cívicas perante a sociedade e à gestão pública.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. Sociedade da Informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36n.5, p.723-745, set./out.2002.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939>. Acesso em: 10 dez.2017.

ALÓ, Claudia Cappelli. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos**. Tese de Doutorado a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Orientador: Júlio Cesar Sampaio do Prado Leite. Rio de Janeiro, Agosto de 2009. Disponível em: <<http://www-di.inf.puc-rio.br/~julio/tese-cappelli.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Lei Complementar n.º131, de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Lei Federal n.º13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CACOAL. **Decreto Municipal Nº 6.544/PMC/17. 2017**. Disponível em: <http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/12826>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

_____. **Prefeitura Municipal de Cacoal (PMC)**. 2017. Disponível em: <<http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/>>. Acesso em: 10 dez. 2

International Monetary Fund. Código de Boas Práticas da transparência fiscal. 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/codep.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. "As formas de responsabilização na gestão pública". In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & GRAU, NuriaCunill (Coord.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: Clad/Fundap, 2006.

BRAGA, D. G. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 193 p.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da Informação Pública: um estudo sobre o portal da transparência de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 421-446, 2013.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Processo administrativo federal: (comentários à Lei 9.784, de 29/01/1999)**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CÉSAR, J. B. M. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. RVMD, Brasília, V. 5, nº 2, p. 356-384, Jul-Dez, 2011.
<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/3124/1933>>. Acesso em 11.06.2018

Cunha, Eleonora Schettini Martins. Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social. In: Avritzer, Leonardo (Org.). A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na administração pública. In: **Revista Temas de Administração Pública**, v.8, n 1, 2013.

FREITAS, Ernani. **Manual de metodologia científica**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo Populacional 2010. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade**: alguns elementos para reflexão. Meio ambiente sustentável e políticas públicas. São Pulo: Editora Cortez 2003.

JÚNIOR, Jorge José Barros de Santana. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos Poderes e Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. 2008. 177f. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife.

KHAIR, Amir Antonio. **Lei de Responsabilidade Fiscal: guia de orientação para as prefeituras**. São Paulo: BNDES, 2001.

LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. **Interesse Público**, Porto Alegre, set./out. 2006.

LOPES, C. A. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos— literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno Finanças Públicas**, Brasília, n.8,dez.2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, n. 70, p. 139-170, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: 2012.

MILESKI, Helio Saul. A transparência da Administração Pública pós-moderna e o novo regime de responsabilidade fiscal. **Interesse Público**, Belo Horizonte, vol. 12, n. 62, p. 15-51, jul./ago. 2010.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo: Atlas,1993.

OLIVEIRA, V. R. Participação social nos planos plurianuais do governo federal: uma história recente. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO)*, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 24-43, 2013.

PLATT NETO, Orion Augusto *et al.* Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Santa Catarina, v.18, n.1, p.75-94, Jan./mar. 2007.

PIRES, Roberto. (Org.) **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. 372p.

PORTAL TCU. **Tribunal de Contas da União(TCU)**.2017. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/transparencia/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PORTAL CGU. Controladoria Geral da União (CGU). 2018. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PORTAL STN. **Tesouro Nacional(STN)**.2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/CPU_Instrumentos_de_Transparencia_da_Gestao_Fiscal_e_Control_Social_STN_versaofinal/21bb9867-a722-4e26-ae90-279c0652d962>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PORTAL ODP. -Observatório da despesa Pública .2018. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/informacoes-estrategicas/observatorio-da-despesa-publica>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PRODANOV, C. C. **Manual de metodologia científica**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Arlindo C. Accountability na administração pública: a atuação dos tribunais de contas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

SANTOS, José Luiz Lins dos. **Transparência Regulatória e Controle Social Experiências Exitosas em Regulação na América Latina e Caribe**. Presidência da República, Brasília, 2012.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmoret al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.

TCE – RO. **Instrução Normativa N. 52/2017/TCE-RO**. 2018. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-52-2017.pdf>. Último acesso em 09.06.18

TCE – RO. **Instrução Normativa N. 62/2017/TCE-R O.** 2018. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-62-2018.pdf>. Acesso em 09 jun. 2018.

TCE – RO. **RESOLUÇÃO N. 233/2017/TCE-RO. 2018**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-233-2017.pdf>. Aceso em: 09 jun. 2018.

TCE – RO. **RESOLUÇÃO N. 261/2018/TCE-RO. 2018**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-261-2018.pdf>. Aceso em: 09 jun. 2018.

SOUZA, Patrícia Cardoso Rodrigues de. Controle da Administração Pública. In: MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Curso Prático de Direito Administrativo**. 2 ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS LIDERES DE BAIRRO

Nome: _____

1. Gênero:

Masculino () Feminino ()

2. Qual o seu nível de escolaridade:

- | | |
|--------------------------------------|------------------------------|
| () Ens. Fundamental Incompleto | () Ens.Fundamental Completo |
| () Ens. Médio Incompleto | () Ens.Médio Completo |
| () Ens.Superior Incompleto/Cursando | () Ens.Superior Completo |
| () Especialização | () Mestrado |
| () Doutorado | |

Curso de Nível superior informe:

3. Em que bairro o senhor reside? Há quanto tempo o exerce a Liderança do seu Bairro?

4. Que ferramentas são utilizadas pela gestão pública Municipal em Cacoal – RO, para efetivação da Transparência das informações da Gestão Pública que o senhor tem conhecimento?

5. Que ferramentas são utilizadas pela gestão pública Municipal em Cacoal – RO, para efetivação do Controle Social na Gestão Pública que o senhor tem conhecimento?

6. Quantos conselhos Municipais ou Representação Popular você tem conhecimento que existem no Município de Cacoal- RO? Quais são esses Conselhos ou Representação?

7. Você é membro algum conselho no Município de Cacoal- RO? Quais atividades referentes à Participação e Controle social você participa ou desenvolve?

8. Existem Conselhos Municipais específicos que monitorem e possam auxiliar a população no acompanhamento e entendimento das informações referente destinação e aplicação de Recursos Públicos em Cacoal-RO? Quantos e Quais são?

9. Em sua opinião em relação ao controle e participação social junto à administração pública quais foram os benefícios, avanços ou mudanças que aconteceram na gestão pública?

10. A Sociedade tem acesso às informações referente à administração das receitas públicas e sua aplicação? Onde podem ser verificadas essas informações?

11. De que forma essas informações são disponibilizadas?

12. De que forma a população pode solicitar as informações de seu interesse ao Município de Cacoal -RO?
